

A literacia digital

como prática para a desconstrução
de subjetividades autoritárias na
educação básica brasileira

Débora Messenberg
Sayonara Leal
Haydée Caruso
Paulo Lima Jr.
(Orgs.)

Projeto de Pesquisa:

A literacia digital como prática para a desconstrução de subjetividades autoritárias na educação básica brasileira

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora

Rozana Reigota Naves

Vice-Reitor

Márcio Muniz de Farias

Coordenadora do projeto

Débora Messenberg

Vice-coordenadora do projeto

Sayonara Leal

Supervisora Acadêmica

Haydée Caruso

Pesquisadores/as

Bruno de Leles Camargos

Cilene Vilarins Cardoso da Silva

Erykson Dyego Santos Sarafim

Filipe Souza da Silva

Maria Eduarda Barboza da Silva

Paulo Roberto Menezes Lima Junior

Sérgio Barbosa dos Santos Silva

Tarsila Amoras Sanches

Thomas Edson de Jesus T. Amorim

Licenciaturas em Movimento

Luíza Bigonha Saldanha

Apoio Técnico

Mariana Marcelli Damacena Dutra

Produção Gráfica

Enderson Paulo dos Reis

editorial
SOL

Diretor

Edson Farias

Conselho editorial

Renato Ortiz (Unicamp)

Sadi Dal Rosso (UnB)

Glaucia Villas-Boas (UFRJ)

Marcelo Ridenti (Unicamp)

Mike Featherstone (University of London)

Carlos Benedito Martins (UnB)

Luis Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Gerald Delanty (University of Sussex)

BRASÍLIA, 2026

editorial
SOL



Sumário Executivo

A pesquisa **“A literacia digital como prática para a desconstrução de subjetividades autoritárias na educação básica brasileira”** teve como objetivo investigar afinidades e manifestações de extremismo político, conservadorismo moral e adesão a discursos de extrema-direita entre estudantes do ensino médio da rede pública do Distrito Federal. O estudo buscou compreender de que modo tais disposições se articulam com práticas culturais, socialização familiar e religiosa, consumo de informação e usos das tecnologias digitais no cotidiano juvenil.

Para isso, foram sistematizados dados coletados em **2025** com **1.154 estudantes do 1º ano do ensino médio de nove escolas públicas do Distrito Federal**, por meio de um instrumento quantitativo estruturado em blocos temáticos sobre autoritarismo, conservadorismo, neoliberalismo e negacionismo. A amostra foi selecionada por conglomerado, de modo a garantir representatividade em relação à população de estudantes do primeiro ano da rede pública do DF.

O aprofundamento qualitativo foi realizado em quatro dessas nove escolas, envolvendo entrevistas com gestores escolares e grupos focais com professores e estudantes. A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos foi organizada em quatro eixos temáticos: **(1) Economia e Trabalho; (2) Religião, Família e Costumes; (3) Política, Governo e Liberdade; (4) Ciência, Internet e Desinformação.**

Os resultados indicam que o ambiente escolar se apresenta como um espaço em que diferentes matrizes de socialização — especialmente práticas culturais, religiosidade familiar e consumo digital — interagem na formação de visões de mundo entre jovens estudantes. Embora esse contexto possa favorecer a circulação de ideologias reacionárias incompatíveis com princípios democráticos, os dados também revelam fraturas, ambiguidades e hibridizações nas formas de adesão a tais discursos, o que aponta para a existência de disputas simbólicas e possibilidades de enfrentamento no próprio espaço escolar.

Economia e Trabalho

A pesquisa analisa as perspectivas dos estudantes sobre desigualdade social, papel do Estado na economia, reconhecimento de injustiças distributivas e expectativas em relação ao mercado de trabalho. Os dados revelam uma posição marcadamente anti-neoliberal convivendo com desconfiança em relação ao trabalho formal e entusiasmo pelo empreendedorismo.

- **Perfil socioeconômico dos estudantes.** A maioria dos jovens que participaram da pesquisa tem pais com ensino médio completo como escolaridade máxima (41,2%) ou recebe algum tipo de benefício social (46,1%). Grande parte é autodeclarada parda (45,1%) ou preta (15,5%), com predominância de vulnerabilidade social mesmo entre escolas com perfis distintos. A vulnerabilidade social crônica é mitigada por programas sociais e se apresenta como uma questão sensível para os professores.
- **Há esperança na escola.** Ainda que os professores tenham descrito os estudantes com certo pessimismo, a visão que os estudantes relatam da escola tende a ser mais otimista que pessimista: 84,4% dos estudantes querem fazer faculdade ou concurso público e acreditam que a escola contribui para esse propósito; 79,1% têm esperança de que a escola lhes proporcionará um futuro melhor; 43% consideram que a escola é a principal fonte de conhecimento, a frente das redes sociais (16,7%), família (15,5%), livros (8,9%) e igreja (8,8%). Somente 26,5% dos estudantes acreditam que os conteúdos da escola são ultrapassados, enquanto outros 17,5% acreditam que a escola não seja importante para seu desenvolvimento profissional. Grande parte dos estudantes considera seus professores inspiradores (34,1%) ou autoridades (30,4%). Essa expectativa na escola e o reconhecimento dos professores contrastam com a imagem de desinteresse e falta de motivação tipicamente descrita pelos professores.
- **Uma posição anti-neoliberal em matéria de economia.** Para 53,6% dos estudantes, a principal razão de haver desigualdade no Brasil é a exploração dos mais pobres pelos mais ricos, seguida pela discriminação racial e de gênero (23,5%). Muitos estudantes (72,5%) concordam que o Estado deve intervir na economia com políticas redistributivas. Também predomina entre os estudantes a convicção de que os mais ricos devem pagar mais impostos (70,9%) e que impostos são importantes para o desenvolvimento econômico (61%). A crença de que os empresários devem ter liberdade para definir salários sem intervenção do governo alcança somente 29,9% dos discentes. Desse modo, a posição dominante entre os estudantes em matéria de economia política é marcadamente anti-neoliberal.

Sumário Executivo

- **Rejeição à CLT.** Apesar de favoráveis às políticas sociais e seus benefícios, os estudantes revelam repúdio ao trabalho formal regulamentado pela CLT. Consideram, por exemplo, que o trabalhador regido pela CLT é “o maior escravo da sociedade”. Com efeito, entre jovens da periferia, há uma forte desilusão com o emprego formal que, para eles, nem sempre representa estabilidade, mas subalternidade e baixos salários. Dados do Datafolha (2025) reforçam essa tendência ao mostrar que 68% dos brasileiros entre 16 e 24 anos preferem trabalhar por conta própria. Em um cenário de precariedade estrutural do mercado de trabalho, o empreendedorismo é uma aposta na emancipação econômica, não necessariamente um posicionamento contra o Estado de bem-estar social. Contudo, a experiência concreta de precariedade é um terreno fértil para as narrativas de extrema-direita que oferecem um caminho ilusório, mas inteligível, que consiste na aceitação de empregos precários e sem garantias, em plataformas como a Uber, como estratégia virtuosa de empreendedorismo.

Religião, Família e Costumes

A análise oferecida pela pesquisa também identificou ambivalências nas visões dos jovens sobre moralidade, estruturas familiares e diversidade, problematizando interpretações dicotômicas que reduzem a complexidade desses posicionamentos a categorias simplificadoras. Os dados empíricos demandam abordagens analíticas que reconheçam a agência juvenil na negociação de repertórios morais múltiplos e contraditórios. Evitamos tanto o reducionismo que vê inconsistência lógica onde há pragmatismo adaptativo, quanto a celebração acrítica de supostas liberdades juvenis que obscurece as persistências estruturais de dominação.

- **Hegemonia Cristã.** No total, 74% dos estudantes se identificam como cristãos, sendo 39,1% evangélicos e 34,9% católicos. Essa configuração reflete processos históricos de constituição do campo religioso brasileiro e dinâmicas contemporâneas de expansão pentecostal e neopentecostal nas periferias urbanas, fenômeno amplamente documentado pela literatura sociológica. A significativa presença evangélica e católica tem efeito estruturante das visões de mundo, práticas políticas e construções morais da população. A frequência de participação em atividades religiosas confirma níveis significativos de socialização: 12,1% participam diariamente, 34,3% semanalmente, e 8,9% mensalmente, totalizando 55,6% com engajamento regular em cultos, missas ou encontros religiosos. Tais indicadores sugerem que a religião representa também um espaço institucionalizado de construção de relações sociais para parcela expressiva dos estudantes.

Sumário Executivo

- **Religiosidade e controle pedagógico.** A dimensão mais relevante da religiosidade estudantil reside em sua operação como filtro que estrutura a recepção de conhecimentos escolares e estabelece fronteiras não negociáveis ao debate público. Os professores relatam que estudantes evangélicos demonstram resistência em discutir outras culturas e religiões, com casos de recusa em estudar literatura abordando traição, divórcio ou homossexualidade. Há também relatos de estudantes que rejeitam aprender sobre a formação do planeta em perspectiva que difira da narrativa bíblica.
- **Defensores da família tradicional?** Os dados revelam uma fratura exemplar nas visões juvenis sobre a moralidade familiar. Enquanto 70,5% concorda que o modelo tradicional de família, com pai, mãe e filhos, é a base da sociedade, 65,2% admite que a família pode assumir diversas formas, além do casamento tradicional. A convivência dessas duas dimensões aparentemente contraditórias funciona como adaptação a contextos sociais que demandam tanto a adesão a valores hegemônicos (para legitimidade moral) quanto o reconhecimento de realidades divergentes (para navegação prática).
- **Liberdade de expressão sexual?** Das posições majoritárias entre os jovens em matéria de costumes, predominam afirmações divergentes do conservadorismo cristão. Eles asseveram, por exemplo, que todas as pessoas devem ter direito de praticar a própria religiosidade (91,5%), que as escolas devem ensinar o respeito às diferentes identidades e orientações sexuais (82,0%) ao mesmo tempo em que concordam que pessoas do mesmo sexo devem ter o direito de se casar e constituir família (65,2%). Tudo indica que os indivíduos acionam seletivamente elementos diversos de repertórios disponíveis segundo situações concretas. Estudantes afirmam direitos abstratos de casais homossexuais, mas mantêm desconforto concreto com a homossexualidade, quando esta torna-se próxima ou visível.
- **Sobre o aborto.** Essa ambivalência também aparece na posição dos estudantes com relação ao aborto. Observamos inicialmente que a fração de estudantes defendendo que o aborto deve ser proibido em qualquer circunstância é expressiva (40,2%), mas inferior aos mais de 70% que se declaram evangélicos ou católicos. Essa relativa flexibilidade dos jovens está ainda inscrita em uma moralidade punitiva sobre a mulher. Entre os adolescentes, a aceitação do aborto em casos como o estupro fundamenta-se, antes, na inocência da mulher, que não escolheu sexo, do que na defesa de autonomia feminina sobre o próprio corpo.

Sumário Executivo

- **O que cabe às mulheres?** Os jovens parecem ser mais progressistas que uma imagem estática do conservadorismo cristão faria supor: 81% dos respondentes concordam que as decisões no âmbito doméstico devam ser tomadas de forma igualitária entre homens e mulheres, e 90% defendam que as tarefas domésticas sejam distribuídas de modo independente do gênero. No entanto, persistem de maneira clara posições patriarcais: 25,6% afirmam que o homem deve constituir a principal autoridade no lar, e 28,2% endossam a ideia de que cabe ao homem prover, enquanto à mulher compete cuidar da casa e dos filhos. Quanto ao divórcio, 90,2% concordam ser direito legítimo para qualquer pessoa que deseje sair de um relacionamento infeliz, enquanto 38,2% concordam que tal decisão enfraquece a família e deve ser evitada sempre que possível.
- **Desvalorização contraditória da cultura periférica.** O reconhecimento do funk e do rap como expressões culturais legítimas (80,2% de concordância) coexiste com uma divisão significativa quanto à sua valoração moral: enquanto a maioria reconhece sua legitimidade, 30,7% dos estudantes concordam que "o funk e o rap são produtos da decadência moral incentivada pelo sistema". Esta polarização articula-se com posicionamentos religiosos. Em escolas onde há uma "forte presença evangélica", a legitimação de expressões culturais periféricas (religiões afro-brasileiras, funk, rap) é menos presente. Há, inclusive, resistência por parte da comunidade escolar quando a escola busca avançar nesta direção.

Política, Governo e Liberdade

- **Atores políticos que não gostam da política.** A maioria dos estudantes (66,6%) afirma não se interessar por política, e 58,3% declaram não gostar de discutir política na escola. Apenas 24,9% dos estudantes afirmam gostar de debater política pensando na realidade das minorias, enquanto 16,8% manifestam disposição para o debate político desde que a discussão não ofenda sua fé. Contudo, o ambiente escolar é atravessado por intensa radicalização política, na qual a relação com a política é marcada por posicionamentos reativos, individualizados e moralizantes, produtores de autocensura, vigilância e medo de represálias entre estudantes e professores.
- **Desinteresse político como resposta à hostilidade.** O desinteresse político surge como estratégia de proteção diante de ambiente político hostil. Eles relatam ter presenciado desavenças e, inclusive, brigas físicas na escola entre apoiadores de candidatos à presidência durante as eleições de 2022. Nesse sentido, a política é vivenciada menos como espaço de livre debate e mais como campo de batalha identitária, levando estudantes a preferirem a retração à esfera privada.

Sumário Executivo

- **A omissão da Secretaria de Educação.** Os professores reportam falta de formação para lidar com os temas e as situações sensíveis que caracterizam a vida política das escolas. Em geral, as estratégias mobilizadas pelos professores emergem de suas qualidades pessoais, de seu “jogo de cintura”, não de um projeto institucional de formação para a mediação de conflitos.
- **Identidade política.** A maior parte dos estudantes que participaram da pesquisa quantitativa declara ser de centro (43,6%). Na fração restante, predomina a direita (37,4%) sobre a esquerda (19%). Quando questionados sobre a identificação com as duas mais proeminentes figuras políticas brasileiras, 10,3% se identificam com o presidente Lula enquanto quase o triplo se identifica com o presidente Bolsonaro (28,8%). A identificação com o centro deve-se à associação de “direita” e “esquerda” à intolerância e ao extremismo. Eles compreendem suficientemente bem as categorias “direita” e “esquerda”. Para eles, a direita é associada ao conservadorismo, à tradição, a figuras como Jair Bolsonaro e Nikolas Ferreira, e às cores verde e amarela; já a esquerda é vinculada a formas de pensamento liberal (nos costumes), ao comunismo, à defesa dos direitos das minorias, ao combate às desigualdades, a Lula e à cor vermelha.
- **O cidadão de bem como marcador universal.** Ao serem confrontados com afirmações relacionadas à possibilidade de governo autoritário no Brasil, a posição dos estudantes tende a ser mais democrática que autocrática. Quase 90% deles concordam que o governo deve proteger todas as pessoas, independentemente de suas posições políticas. Eles também concordam que o governo deve proteger, em primeiro lugar, o cidadão de bem. A concordância massiva com essas duas afirmações sugere que, no entendimento dos estudantes, não há contradição entre elas: o cidadão de bem não é considerado uma pessoa marcada por uma posição política específica.
- **O autoritarismo latente da juventude.** Com relação à gestão das manifestações públicas, a maioria dos estudantes (60,2%) concorda que todas as manifestações devem ser permitidas (mesmo aquelas das quais eles discordam). No entanto, quase metade (46,3%) dos estudantes concorda que é obrigação do governo reprimir protestos e manifestações, garantindo a lei e a ordem. Com respeito a uma ditadura militar no Brasil, os estudantes também estão divididos. A maioria (52,4%) acredita que militares não deveriam se envolver em política, mas uma fração expressiva (quase 40%) acredita que um governo militar seria uma boa solução para o Brasil. O apoio expressivo à repressão estatal se explica pelo fato de que a transição democrática brasileira preservou uma concepção segundo a qual os militares são os garantidores últimos da ordem social. Configura-se, assim, um autoritarismo latente, no qual o apoio abstrato a princípios democráticos coexiste com a simpatia em relação a soluções autoritárias diante de percepção de crise política.

Ciência, Internet e Negacionismo

A análise mapeia práticas culturais juvenis no ciberespaço, focando no consumo de mídias digitais, tempo de conexão, plataformas acessadas (Instagram, TikTok, WhatsApp), finalidades de uso (entretenimento, socialização, informação), estratégias de checagem e relação com dispositivos móveis após a lei anti-celular. Examina posicionamentos sobre ciência, teorias conspiratórias (vacinas, aquecimento global, "ideologia de gênero"), confiança institucional e vulnerabilidade à desinformação, revelando coexistência entre confiança declarada na ciência e negacionismo ativado por conflitos valorativos.

- **Utilização e regulação das redes sociais.** Entre os estudantes, predomina o uso diário intenso de plataformas de redes sociais (64,2% passam de 3 a 12 horas por dia conectados). Já 65% dos estudantes consideram que a regulamentação das redes sociais visa garantir um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção contra a desinformação. O reconhecimento da necessidade de regulamentação das redes sociais está relacionado à percepção de que é necessária a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais, como discursos de ódio, discriminação e apologia à automutilação.
- **Relação ambígua com a checagem de fatos.** Observa-se que há um consenso significativo entre os jovens estudantes sobre a importância da confirmação de informações por fontes oficiais ou especializadas, com mais de 80% de concordância. Por um lado, os estudantes acreditam que a internet favorece a livre troca de ideias, inclusive aquelas que seriam supostamente ocultadas pela grande mídia. Por outro lado, nota-se uma divisão relevante sobre o impacto da internet nas eleições: enquanto boa parte reconhece que ela facilita a propagação de notícias falsas (65,7%), muitos também veem o meio digital como positivo por romper o controle da mídia tradicional sobre o debate público (57,8%). Os estudantes declaram realizar checagem de fatos em agências de notícias conhecidas, mas também recorrem, frequentemente, aos professores como referência do que é verdadeiro. No entanto, os docentes das escolas apontam o contrário em sala de aula: relatam que são recorrentes referências a conteúdos falaciosos retirados de fontes duvidosas da Internet como se fossem “verdade” a despeito do que os professores possam dizer.

Sumário Executivo

- **Confiança na ciência e negacionismo ativo.** Entre 80% e 90% dos estudantes reconhecem as universidades como espaços plurais de produção de conhecimento; acreditam que a humanidade deve deter o aquecimento global; concordam que vacinas são confiáveis e salvam vidas. Os percentuais contrários são menores, mas muito preocupantes: 39,6% dos estudantes acreditam que as vacinas são um experimento do governo e das indústrias farmacêuticas; quase 45% acredita que a teoria da evolução é somente uma suposição científica; metade acredita que as universidades usam a ciência para impor suas ideologias.
- **Religião acima da ciência.** A relação com a religião é um tema crítico com respeito ao papel da ciência no mundo. Segundo a maioria dos estudantes (80%), a ciência não pode desrespeitar a fé das pessoas em nome de teorias. Somente 60% dos estudantes concordam que a teoria da evolução é a melhor explicação disponível para a origem da vida. Pouco mais de 45% dos estudantes concordam que teorias científicas são confiáveis e não precisam estar de acordo com a fé das pessoas. A religião é um tema dominante quanto se trata de ciência. Para os professores, as crenças religiosas dos pais e estudantes afetam a apreciação de conteúdos científicos, assim como outros fatores, como o uso indiscriminado do celular, a dificuldade de distinguir entre conhecimento e opinião, assim como as interferências de posições político-partidárias.

Visão Geral

O relatório convida a superar interpretações simplificadoras que enquadram jovens em dicotomias rígidas (conservadores vs progressistas; democratas vs autoritários). Ele revela que a defesa vigorosa de políticas redistributivas estatais coexiste com rejeição visceral ao trabalho formal CLT; a preferência dos estudantes pela democracia contrasta com sua simpatia latente por soluções autoritárias; a confiança ampla e declarada na ciência faz concessões ao pensamento religioso.

Essas relações aparentemente contraditórias não devem ser interpretadas como irracionalidade, mas como uma resposta pragmática à tensão entre contextos de socialização que nem sempre compartilham os mesmos valores (família, igreja, escola, amigos). Sem entender a racionalidade pragmática dos jovens, não é possível compreender como eles pensam e tomam decisões. Estudantes vivendo em contextos precários rejeitam o emprego formal não por adesão abstrata ao neoliberalismo, mas porque a experiência vivida de subalternidade salarial parece confirmar que a CLT não é suficiente para garantir condições de trabalho adequadas. A autocensura docente ocorre menos por convicção pessoal que por cálculo realista das reações familiares religiosas. A polarização política explode em brigas físicas porque a escola não oferece mediação institucional, apenas improvisos individuais.

Sumário Executivo

Tudo indica que a própria extrema-direita não opera como bloco monolítico, mas como arranjo flexível que permite adesões seletivas e situacionais, agregando sob denominação comum uma grande quantidade de jovens muito diferentes uns dos outros.

Implicações para Políticas Públicas

1) Literacia digital como prática curricular transdisciplinar. Integração obrigatória ao Novo Ensino Médio, com módulos críticos sobre algoritmos, bolhas informacionais, colonialismo digital e narrativas seletivas

2) Formação científica dialógica. Formar docentes para estimularem o pensamento crítico dos jovens no uso cotidiano das plataformas. Desta forma, os jovens não seriam apenas usuários passivos das tecnologias digitais, mas conscientes do modo como as plataformas operam e controlam as formas de comunicação no século XXI.

3) Desde o fundamental, formar professores para a mediação de conflitos, valorizando uma pedagogia capaz de travar o difícil diálogo entre crenças religiosas e pensamento científico. As contradições entre diferentes sistemas de valores e pensamentos não precisam ser vividas como situação de ameaça pessoal.

4) Mediação política institucional nas escolas. Capacitação sistemática para deliberação em ambientes polarizados, substituindo improvisos por espaços regulados de debate (assembleias estudantis mediadas). Fortalecer autoridade democrática da escola frente a heranças familiares/autoritárias, reduzindo explosões violentas e adesões situacionais à extrema-direita.

Com esse estudo, a literacia digital pode e deve ser compreendida não apenas como conjunto de habilidades técnicas de uso de plataformas ou de verificação de informações, mas como prática formativa transversal, orientada ao desenvolvimento da autonomia intelectual, da compreensão crítica dos ecossistemas informacionais e da capacidade de análise dos mecanismos sociotécnicos que estruturam a circulação de conteúdos nas plataformas. Ao ser integrada ao currículo escolar de forma sistemática e articulada às condições materiais e pedagógicas das instituições de ensino, a literacia digital pode constituir ferramenta estratégica para o enfrentamento da desinformação no longo prazo, contribuindo para a consolidação de ambientes escolares pluralistas, reflexivos e comprometidos com valores públicos e democráticos.

Acesse o relatório na íntegra aqui:



sol.unb.br/wp-content/uploads/2026/03/Relatorio_Final_Literacia.pdf

Siga nossas Redes:



Sol Unb



sociologia.unb



PPGSOLUnB

